

IMBRICAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO: O CASO DA FAZENDA SÃO JOSÉ DA CACHOEIRA

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro*

INTRODUÇÃO

“Entre todas as minhas corridas a cavalo no interior do país, uma permaneceu gravada em minha lembrança. Um dia, nosso amigo, o fazendeiro P., quis leva-nos a uma fiação de algodão que um norte-americano acabava de instalar em um vilarejo chamado Santo Aleixo, distante da Fazenda São José apenas duas léguas. Para os brasileiros era uma coisa completamente nova uma fábrica em seu país, e aquilo lhes parecia curioso. A mim a fábrica não interessava muito, mas a excursão pela mata me encantava (...)”.¹

No início da década de 1850, devido à epidemia de febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro, o casal Toussaint buscou novos ares no interior da província, em obediência à prescrição médica, e resolveu viajar até a fazenda de um amigo brasileiro que acabara conhecer. Permaneceu durante um mês na Fazenda São José, localizada na Freguesia de São Nicolau de Suruí, em Magé. Ele, Jules Toussaint, dançarino de teatro, filho de franceses, porém nascido no Brasil; ela, Adèle Toussaint-Samson, poetiza e professora, francesa e filha de um ator, professor e autor de peças teatrais.

O casal, recém-chegado ao Brasil, emigrou para o país acreditando que, conforme se dizia na época, em dez anos aqui seria o suficiente para enriquecer (o que de fato não ocorreu). Tendo posteriormente retornado à França, foi durante uma viagem de D. Pedro II à Paris, em 1870, que Adèle conseguiu publicar suas memórias sobre os doze anos em que morou no Rio de Janeiro, primeiramente em fascículos publicados no jornal *Le Fígaro*. Dona de um estilo agradável, ao mesmo tempo irônico e perspicaz, a viajante francesa registrou suas impressões sobre o Brasil e suas dificuldades de adaptação à vida na capital

* Auxiliar do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores; doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV; e Mestre em História Social pela FFP/UERJ. Autor da dissertação: *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*, premiada com o terceiro lugar no Concurso de Monografias do APERJ (2011). Atualmente, desenvolve pesquisa para a tese: *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e urbanos de Magé (1956-1970)*. E-mail: felipe_ffp@yahoo.com.br

¹ TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2003. pp.127-128.

do Império; o convívio social na cidade; o tratamento dispensado aos escravos; a epidemia de febre amarela e a reclusão da mulher foram temas abordados com bastante propriedade pela autora. Publicado originalmente na França, no formato de livro, em 1883, seu trabalho foi traduzido para o português e lançado no Brasil no mesmo ano, mas logo caiu no esquecimento. Em 2003, motivado por uma reedição lançada nos Estados Unidos dois anos antes, o livro foi novamente apresentado ao público brasileiro, destacando-se como um dos raros relatos de viajantes estrangeiros escritos por mulheres.

Durante o período em que esteve em Magé, passeando pelos arredores da fazenda que lhe serviu de hospedagem, Adèle Toussaint-Samson visitou a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, a primeira do gênero têxtil no Rio de Janeiro, fundada em 1848.²

Para a artista francesa, “a fábrica não lhe interessava muito”. Porém, para a então Vila de Magé, a instalação deste empreendimento causava certa curiosidade, justamente pelo fato da região configurar, àquela época, como grande produtora de alimentos, tendo a farinha de mandioca como seu principal gênero. A proximidade com o Rio de Janeiro vinculava diretamente a produção mageense ao consumo da cidade-capital, sendo Magé conhecida, à época, como “Celeiro da Corte”.³

A fábrica de tecidos, sem dúvida, era uma tremenda novidade! Repleta de fazendas surgidas no século XVIII ao longo do Caminho Novo para a área mineradora, movidas exclusivamente por mão-de-obra escrava⁴, Magé adquiriu notoriedade, na segunda metade do século seguinte, ao abrigar diversas fábricas de tecidos que se mantinham na “*firme disposição de só em último caso recorrer ao serviço de escravos*”.⁵

Estas fábricas, atraídas principalmente pelo relevante potencial hidráulico da região – localizada no sopé da Serra dos Órgãos e banhada por diversos rios – foram consolidando, lenta e progressivamente, a transformação do “Celeiro da Corte” em um polo industrial têxtil.

² A Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi (1815) e a Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas (1819), ambas financiadas pelo governo de D. João VI, tiveram um breve período de existência, paralisando suas atividades em 1818 e 1822, respectivamente.

³ Cf. SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988. p.25.

⁴ Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

⁵ RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Niterói: 1849. p.48.

Todo este processo, porém, não se deu sem percalços, críticas ou ponderações. No início da década de 1930, por exemplo, quando a preponderância industrial já se tornava evidente no município de Magé, o prefeito Gilberto Bacellar demonstrava preocupação quanto a essas transformações econômicas em seus relatórios enviados ao Interventor estadual. Recorrendo à história do século XIX, quando Magé destacava-se na produção agrícola, o prefeito combateu o que ele denominou de “*regime exclusivista da indústria*”:

“Já tivemos ocasião de chamar a atenção do Conselho Consultivo local para a particularidade que caracteriza a vida econômica deste município, que se resume no seguinte: as fábricas pagam os ordenados a seus operários; esses fazem suas compras no comércio local; e o comércio se reabastece na praça do Rio de Janeiro. De sorte que o numerário que entra no município por intermédio das fábricas, rapidamente e na sua quase totalidade se escoia novamente para fora, não deixando quase vestígios da sua circulação. Esse mal só poderá ser evitado quando a lavoura local estiver em condições de abastecer o comércio e ainda exportar os seus produtos. Só assim se irá fixando alguma riqueza dentro do nosso território”.⁶

“A indústria de tecidos, cedo implantada em seu solo, deve este município um inestimável serviço. Quando o surpreendeu a decadência agrícola, foi ela que salvou do marasmo econômico. (...) Não é a indústria em si, evidentemente, que nos parece condenável; mas essa situação de absoluto exclusivismo em que se encontra Magé, ficando assim, a vida e o futuro do município na dependência imediata de uma única fonte de atividade econômica (...). Em tempos idos, já desfrutara Magé de dias assinaladamente prósperos, graças à sua atividade agrícola. (...) É chegado o momento de Magé retomar o rumo vitorioso, seguido no passado. O ressurgimento de sua atividade agrícola será o complemento necessário da sua intensa atividade industrial”.⁷

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as tensões e as complementaridades entre o rural e o urbano no município de Magé, particularmente ao longo da transformação de uma região pródiga na produção de alimentos em um polo de indústrias do ramo de tecidos. O exame destas conexões e das suas consequências no mundo do trabalho, contidos neste artigo, visa contribuir com o debate historiográfico sobre o tema.

⁶ MAGÉ (RJ). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo Prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1933. p.15.

⁷ Id. *Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934. pp.7-8.

Em artigo publicado recentemente, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva argumentam sobre a necessidade de se derrubar o “Muro de Berlim historiográfico” que teima em distinguir os paradigmas de interpretação sobre o lugar dos escravos e dos chamados trabalhadores livres nos estudos acadêmicos.

“Ao se adensar e enriquecer, nas últimas três décadas, a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil tem provocado a revisão de algumas interpretações clássicas e sugerido novos caminhos de investigação. Grosso modo, pode-se dizer que tal esforço intelectual e político abalou o que chamaremos aqui de ‘paradigma da ausência’. Ademais, ameaça derrubar o muro de Berlim historiográfico, decorrente do paradigma mencionado, que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário”.⁸

Inspirado neste debate e em continuidade a estas discussões, nosso trabalho propõe questionar outro “Muro de Berlim historiográfico”: aquele que evita a aproximação dos estudos sobre trabalhadores urbanos e rurais. Sem dúvida, a maioria das pesquisas acadêmicas sobre classe trabalhadora favorece exclusivamente um desses dois grupos e talvez essa dicotomia esteja relacionada a um certo legado acadêmico, que inculcou visões depreciativas em relação ao mundo rural, sobretudo após uma série de estudos sociológicos nas décadas de 1950 e 60, inspirados pela noção de modernização. Assim, consolidou-se no imaginário acadêmico a divisão estrutural que caracterizou o rural como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de progresso.⁹

Este legado acadêmico tem repercutido, inclusive, nas abordagens pejorativas em relação aos trabalhadores nordestinos que migram para as regiões mais industrializadas do país, chegando, em alguns estudos, a ser considerado como possível causa à falta de

⁸ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Sujeitos no imaginário acadêmicos: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Campinas: Cadernos AEL, 2009. v.14.n.26.p.15.

⁹ Estudos como o de Juarez Rubens Brandão Lopes reforçaram sobremaneira essa visão. Cf. _____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964; e _____. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967. Porém, a despeito de eventuais críticas, destacamos a relevante contribuição das referidas obras para a sociologia. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da ‘Crise do Brasil Arcaico’*. In: _____ [org.] *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987. pp.147-170.

consciência de classe atribuída ao “Velho Sindicalismo”. Entretanto, convém ressaltar que alguns trabalhos recentes têm buscado desmistificar esses estereótipos.¹⁰

Ao considerarmos o município de Magé como um cenário interessante para se investigar as conexões entre o rural e o urbano, nosso intuito neste artigo será realizar uma abordagem mais específica, desenvolvendo um estudo de caso referente à Fazenda São José. Iremos analisar o histórico desta propriedade desde o século XIX, bem como sua importância estratégica para o município até a década de 1960, quando se tornou objeto de disputa na luta pela terra e por direitos trabalhistas no campo, destacando-se a articulação entre os sindicatos dos tecelões e dos trabalhadores rurais.¹¹

A escolha desta fazenda deve-se ao fato de grande parte dos estudos sobre os trabalhadores rurais locais restringem-se às analogias com a Fábrica de Tecidos Pau Grande, proprietária da maior faixa de terras em litígio no município, que atualmente compõem o Assentamento Cachoeira Grande. Desse modo, verificamos que ainda faltam maiores pesquisas em relação às outras terras em conflito na cidade de Magé.¹²

Como forma de evidenciar o quanto o rural e o urbano estão imbricados nesta região, e não apenas em torno das fábricas de tecidos, apresentaremos no presente trabalho, em caráter experimental, uma abordagem mais específica, desenvolvendo um estudo de caso referente à Fazenda São José da Cachoeira.

FAZENDA SÃO JOSÉ DA CACHOEIRA

¹⁰ Como exemplo, Cf. FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹¹ Passaremos a utilizar este termo para designar genericamente os “homens do campo”, leiam-se: posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, colonos, lavradores, camponeses e pequenos proprietários rurais. Porém, salientamos que há distinções significativas entre essas categorias no mundo rural, motivo inclusive de intensas discussões acadêmicas sobre qual a melhor forma para definir esses grupos em pesquisa. Em nosso objeto de pesquisa, por exemplo, identificamos várias denominações atinentes a estes trabalhadores: o Estado normalmente utilizava a expressão trabalhador rural, tal como foi consagrado no Estatuto; a militância comunista preferia denominá-los como camponeses, denotando o trabalhador politicamente ativo e consciente; as entidades de classe estampavam em seu nome oficial a denominação de lavradores; enquanto que juridicamente, no contexto das ocupações de terras no município, essas mesmas entidades utilizavam a qualificação de posseiro. De qualquer forma, a pesquisa ainda carece de maiores informações para definir qual denominação é a mais apropriada.

¹² Grynszpan analisou sumariamente outras sete fazendas de Magé que estavam em litígio: Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Tocaia, Camarão, São Nicolau, Vila Serrana e Maria Rola. Cf. Cf. GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987. No entanto, encontramos outras fazendas disputadas no município, a partir de reportagens veiculadas na imprensa da época: Sernambetiba, Santa Rosa, Rio do Ouro, Cordovil, Jardim, Santa Fé, Calundú, Morro da Onça, Cruz, Morro da Caxeta, Ribeira, Salgado. Morro do Coronel, Retiro e Sítio do Cacau.

Em seu livro, a viajante francesa Adèle Toussaint-Samson indica o “Sr. P.” como proprietário da Fazenda José. Acreditamos que a autora tenha utilizado apenas a inicial do nome para indicar o fazendeiro, pois assim fez com outros nomes (como a Viscondessa de Praia Grande, indicada pelas iniciais “P.G.”). Assim, ao consultarmos os registros do “Almanak Laemmert” (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*), no ano de 1851, verifica-se o nome de Paulino Bento Vieira e Barcellos como fazendeiro na Freguesia de São Nicolau de Suruí. Porém, não há nenhuma evidência de que ele seja o “Sr. P.”.

O fato é que já na década de 1840, o Conselheiro Joaquim Francisco Vianna adquiriu terras naquela freguesia, onde construiu um engenho de açúcar. E o proprietário era uma figura ilustre: já havia ocupado o cargo de deputado, senador, ministro da Fazenda e, na ocasião, ocupava a Vice-Presidência do Tribunal do Tesouro Público. E consta no “Almanak Laemmert” para o ano de 1859 a primeira referência à Fazenda São José (pois antes vinha apenas o nome dos fazendeiros). À época, a propriedade era considerada “*a principal fazenda da Freguesia de São Nicolau de Suruí, pela extensão do terreno, pela fertilidade do mesmo, e por conter um engenho movido por água, cuja abundância é infalível em qualquer tempo*”.

De acordo com o relato de Adèle Toussaint-Samson, a fazenda fazia divisa com a Fazenda Santo Aleixo (que deu origem ao distrito homônimo) e com a Fazenda da Viscondessa da Praia Grande, e possuía cerca de 120 escravos que trabalhavam nas plantações, além de outros que se dedicavam aos serviços domésticos. A autora chegou até a definir para seus leitores o que era uma fazenda: “(...) *uma espécie de exploração agrícola onde se cultivam particularmente arroz, café, cana-de-açúcar, feijões e mandioca. Algumas há que contam quinze ou vinte léguas de extensão*”.¹³

¹³ TOUSSAINT-SAMSON, op.cit., pp.109-110.



IMAGEM 1: Obra de August Brandmeyer, intitulada *Cultura do café: uma fazenda entre a cidade de Magé e as montanhas da Serra dos Órgãos*. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Acompanhando as edições do *Almanak Laemmert* é possível constatar que a Fazenda São José da Cachoeira (como também era conhecida) permaneceu como uma das principais de Magé até a década de 1870, quando seus herdeiros a negociaram, visto que o Conselheiro Joaquim Francisco Vianna faleceu em 1864, deixando viúva e filhos.¹⁴

Interessante destacar que no ano de 1875 a propriedade da Fazenda São José já era motivo de disputas. Em uma carta publicada no jornal *A Nação*, Benedicto Alves Barbosa, 2º tabelião de Magé, dirigia-se ao Juiz de Direito de 2ª Vara Cível da Corte para apresentar formalmente uma acusação contra seu antecessor no cartório, João Gomes Guerra de Aguiar, tido como um “falsário com fraudulentas tentativas de se apossar do alheio”. De acordo com a denúncia, o ex-tabelião teria se beneficiado na partilha de bens dos herdeiros de Domingos Luiz Pacheco, mais precisamente da Fazenda São José. Nesse contexto, um dos herdeiros, Alexandre Grandillon Pacheco, teria “vendido a João Gomes Guerra de

¹⁴ Os herdeiros do Conselheiro Joaquim Francisco Vianna permaneceram na lista do *Almanak Laemmert* até o ano de 1871.

Aguiar a parte que possuía na Fazenda São José da Cachoeira, em Suruí, a qual houve pelo falecimento de seu pai”.

“Sabe-se hoje (...) que nunca foi José Joaquim Moreira cessionário do herdeiro Alexandre Pacheco (...), sendo testa de ferro do ex-tabelião João Gomes Guerra de Aguiar, que não podendo figurar de credor e ao mesmo tempo cessionário da herança daquele finado por parte de um dos herdeiros, mancomunou-se com o advogado Luiz Joaquim da Costa, que a esse tempo era procurador do herdeiro de Pacheco, e como tal conservara em si todos os títulos de propriedade, assim como todos os documentos que deviam resguardar o acervo dessas harpias, a quem posteriormente foi patrocinar contra os direitos daqueles mesmos herdeiros, de quem havia curado e cuja confiança illaqueou [sic], sendo hoje advogado do pretense cessionário José Joaquim Moreira, que não é mais nem menos do que o próprio João Gomes Guerra de Aguiar (...)”.¹⁵

Décadas mais tarde, em 1911, o próprio Benedicto Alves Barbosa, que apresentou a denúncia citada anteriormente, seria alvo de uma ação ordinária no Juízo da 2ª Vara Cível, movida pelos herdeiros do Capitão Manoel da Cruz Senna para anular a escritura de compra e venda e reivindicação da Fazenda São José da Cachoeira.¹⁶

Em meio a essas disputas de terra, o potencial hídrico da fazenda destacava-se sobremaneira, tanto é que no ano de 1907, por meio do Decreto nº 6.681, o governo federal aprovou a realização de obras de adução e captação do riacho da Cachoeira Pequena, localizado na Fazenda São José da Cachoeira, para o abastecimento da Ilha de Paquetá. A adutora seguia até a praia de Suruí e depois por quatro linhas submarinas até a elevatória, onde era feita a distribuição para toda a ilha.

Ainda nos primórdios do século XX, o município de Magé foi acometido por três grandes surtos de varíola, nos anos de 1908, 1911 e 1913, semelhantes ao que ocorreu no Rio de Janeiro. Tendo à frente o Dr. Eduardo Portella, delegado de higiene e administrador do município (presidente da Câmara de Vereadores), foram implementadas diversas medidas de combate à doença, também conhecida popularmente como *bexiga*. No ano de 1913, foram registrados em Magé 48 casos de varíola, gerando cinco vítimas fatais. O Dr.

¹⁵ *A Nação*: 17 de novembro de 1875. p.3.

¹⁶ *A Noite*: 19 de outubro de 1911. p.3.

Portella chegou a publicar um livro onde apresentava alguns dados estatísticos e relatava situações ocorridas no município.¹⁷

Na ocasião, uma área circunvizinha à Fazenda São José da Cachoeira (entre os atuais bairros da Capela e Cachoeirinha) chegou a servir de sede para um hospital de variolosos, que ficou conhecido como “Isolamento”, conforme denominação do próprio autor. Para lá eram levados os “bexigentos” do município. Ainda hoje, aquela área é chamada de Isolamento, principalmente pelos moradores mais antigos. Posteriormente, a Fazenda São José da Cachoeira seria adquirida pelos irmãos Serafim e Elias Offredi.¹⁸

Ressaltamos que, desde o final do século XIX, as fazendas de Magé entraram processo de decadência, ao passo que a indústria têxtil se desenvolvia, tendo o próprio prefeito criticado esse tal “exclusivismo industrial” no início dos anos de 1930.

Passando a investir de forma mais intensa na produção agrícola durante as décadas seguintes, o governo municipal empreendeu duas ações decisivas: a criação da Associação Rural de Magé, em 1952, tendo como um dos fundadores e primeiro presidente o próprio prefeito, Waldemar Lima Teixeira, do Partido Social Democrático (PSD); e o início da construção da Estrada Santo Aleixo–Piabetá, ligando os distritos de Santo Aleixo, Suruí e Inhomirim, em 1955. A construção desta estrada visava, sobretudo, a valorização econômica da região, onde estavam localizadas as terras mais produtivas do município de Magé e com grande potencial agrícola (com fazendas da época do Império).

¹⁷ Cf. PORTELLA, Eduardo. *A varíola em Magé, 1913: memória apresentada a Inspetoria Geral de Higiene do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1913.

¹⁸ Há registros de que o então prefeito de Magé, José Ullmann Junior, foi proprietário da Fazenda São José durante as décadas de 1930 e 40, porém ainda não sabemos se esta é a fazenda estudada ou uma homônima.



IMAGEM 2: Início de construção da Estrada Santo Aleixo - Piabetá . Fonte: SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. op.cit., p.113.

À época, já se discutia inclusive a criação de um distrito agrícola. Além disso, com esta estrada, buscava-se criar uma nova rota de escoamento para os produtos industrializados no município. Embora não tenha sido concluída de imediato (isso só ocorreu na década de 1980), a estrada teve um significado muito importante no que tange ao desenvolvimento da produção agrícola de Magé nas décadas de 1950, 60 e 70. Consequentemente causou uma significativa especulação imobiliária sobre aquelas terras, incluindo a Fazenda São José, da mesma forma que também suscitou novas formas de organização e lutas dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, em 1956 foi organizada, na localidade de Meia-Noite, em Inhomirim, a Associação dos Lavradores do Município de Magé, sendo mais tarde transformada em sindicato. Agregando pequenos proprietários, posseiros e arrendatários, a entidade se opunha à Associação Rural de Magé e tinha como principal objetivo “evitar lutas estéreis” no campo.¹⁹

¹⁹ CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA CIDADE DE MAGÉ. *Livro de Registro de Pessoa Jurídica n.1: 1910-1966*. fl.141. Consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima

Em 1959, a associação solicitava ao Governador do Estado que fossem incluídas as fazendas São José da Cachoeira, Santana e Camarão, bem como a região do Rio do Ouro, em seu Plano de Reforma Agrária, compreendendo diversas terras circunvizinhas à Estrada Santo Aleixo – Piabetá, muitas delas já ocupadas pelos trabalhadores rurais, que reivindicavam seu enquadramento jurídico como posseiros.

No ano de 1963, a associação já havia se transformado no Sindicato de Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Similares de Magé, e cerca mil pessoas (entre lavradores e familiares) mantinham-se na ocupação das Fazendas São José da Cachoeira, Furtado e Porto Rico, sendo apoiadas pelo prefeito José Barbosa Porto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos vereadores comunistas abrigados no Partido Socialista Brasileiro (PSB), Astério dos Santos e Darcy Câmara.²⁰

De fato, desde o início de seus mandatos, os vereadores comunistas Darcy Câmara e Astério dos Santos dedicaram-se em resolver os problemas dos trabalhadores rurais do município, dando continuidade ao empenho do amigo, pessoal e partidário, Manoel Ferreira de Lima, líder camponês que ocupou a vereança no pleito anterior.

Logo no início da legislatura, em março de 1959, o vereador Darcy Câmara solicitou em plenário a devolução dos documentos da Associação dos Lavradores do Município de Magé, apresentados para conseguir a doação de um terreno à entidade. Em seguida, Astério dos Santos pôs em votação um projeto de lei que reconhecia a referida associação como de utilidade pública, autorizando a municipalidade a conceder Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para a construção de sua sede própria, importância essa oriunda da “*verba rural*”. Porém, somente o reconhecimento institucional foi aprovado.

Posteriormente, Darcy Câmara solicitou em plenário ajuda material à escola primária mantida pela Associação de Lavradores, como também enviou um ofício ao Governador do Estado solicitando incluir as fazendas Cachoeira, Santana e Camarão, além

(Presidente), Erondino Ribeiro (Vice-presidente), Juci Melin (1º Secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º Secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º Tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º Tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal).

²⁰ O cálculo de “mil pessoas” é uma estimativa, com base em reportagens jornalísticas, tendo o *Última Hora* citado a existência de “mais de 450 lavradores com suas famílias”; e o *Luta Democrática* relatado, inicialmente, a participação de “450 famílias”, para posteriormente referir-se a impressionantes “4 mil posseiros”.

da região do Rio do Ouro, em seu Plano de Reforma Agrária, compreendendo áreas do 4º, 5º e 6º distritos.

No ano seguinte, o vereador Astério dos Santos apresentou mais um projeto de lei referente ao tema, decretando feriado municipal no dia 17 de julho, dedicado aos trabalhadores rurais, sendo vetado pela maioria da Câmara.

Percebemos que esses projetos apresentados por Astério e Darcy estavam intimamente relacionados às mobilizações ocorridas no município acerca da questão agrária, principalmente na região das terras circunvizinhas a Estrada Santo Aleixo – Piabetá.

“Em 1961 participamos, como membro do PCB, o Partidão, de uma reforma agrária ‘na marra’, como se dizia na época, ‘invasão’ como se diz hoje. O líder incontestado deste movimento foi o então deputado estadual pelo PSB, Afonso Celso Nogueira Monteiro, que, apesar de socialista, seguia a linha do Partidão. Tratava-se de dividir entre camponeses sem-terra uma fazenda sobre a qual a Fábrica de Pau Grande, dos Rocha Faria, detinha posse ilegal, por grilagem, na região do Rio D’Ouro, no município de Magé. A invasão vitoriosa assentou cerca de 200 famílias (...)”.²¹

Alguns líderes dessa mobilização, como Manoel Ferreira de Lima, chegaram a sofrer forte repressão policial nos anos seguintes, antes mesmo de 1964, gerando inclusive a abertura de um inquérito policial na Delegacia de Magé, em novembro de 1962. No referido inquérito policial foi desencadeada uma investigação que resultou em um processo crime, sendo todos os três (Manoel, Astério e Darcy) acusados de promoverem “agitações” que incentivaram os lavradores a formarem entidades sindicais e associações de classe, além de ocupações em fazendas.²²

Como Astério dos Santos era presidente do Sindicato de Santo Aleixo, a entidade chegou a servir de sede tanto para a associação, quanto para o sindicato dos trabalhadores rurais. Esta rede de solidariedade também se aplicava às manifestações públicas. Em 1961,

²¹ SANT’ANNA, Irun. *Brasil: País sem Futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. p.50. Interessante observar que na memória do médico comunista o nome do deputado Tenório Cavalcante não aparece, embora o PCB tenha atuado ao seu lado, inclusive apoiando-o nas eleições para governador, em 1962.

²² ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *BNM n.302*. Apud: STEIN, Leila de Menezes. *Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: Anos 60 e 70. Estudos de Sociologia*. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998. n.5. p.104

por exemplo, durante as comemorações do 1º de Maio, o Sindicato de Santo Aleixo e a Associação dos Lavradores promoveram um evento em conjunto, ocorrendo inclusive uma passeata durante à tarde, com a presença de diversos oradores.

O inquérito policial, após 1965, foi remetido ao Supremo Tribunal Militar (STM), sendo concluído somente em 1970, com a convocação sucessiva dos réus para prestar depoimentos, terminando por condenar vinte pessoas e fechar o Sindicato dos Lavradores de Magé. Em um dos depoimentos, o presidente do sindicato, Manoel Ferreira de Lima, questionou a legitimidade dos pretensos proprietários da Fazenda São José da Cachoeira, também conhecida como Cachoeirinha (que atualmente dá nome a um dos bairros de Magé):

(...) o declarante (...) tomou conhecimento de outras invasões de terras no quarto distrito deste município de Magé [Suruí], na Fazenda da Cachoeira Pequena, de propriedade de Durval de Menezes, segundo lhe consta, pois entende que não há dúvida quanto a legitimidade da propriedade; que o declarante tem informações que as terras distribuídas a Durval de Menezes, parte pertence ao Estado e outras são de pequenos proprietários detentores do usucapião, mas esclarece que não dispõe de documentos a respeito (...).²³

²³ ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL). Projeto Brasil Nunca Mais. *Termo de Declarações prestadas por Manoel Ferreira de Lima, em 14 de junho de 1963*. In: BNM 302.

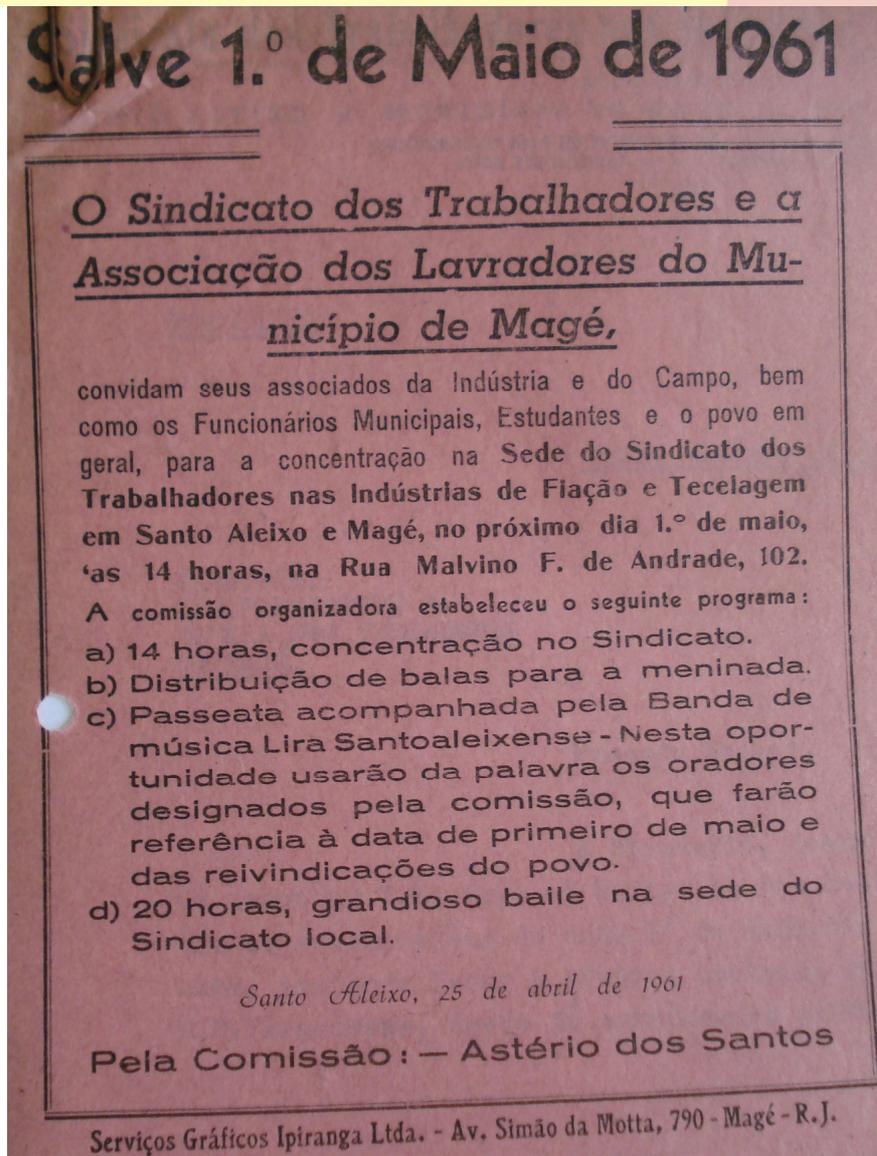


IMAGEM 3: Panfleto com a programação do Dia do Trabalho em 1961. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Magé.

Destacamos que Manoel Ferreira de Lima era tecelão, tendo atuado intensamente na militância sindical comunista, e por isso “impedido” de trabalhar nas fábricas, pois era despedido constantemente. Então rumou para o campo e começou a organizar os trabalhadores rurais do município. Foi eleito vereador pelo PSB em 1954, fundou e presidiu a Associação dos Lavradores em 56 e o sindicato em 62, bem como presidiu a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).



IMAGEM 4: Resistência de lavradores contra despejo em Magé, foto de capa do jornal *Última Hora*, em 10 de junho de 1963. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Na mesma semana deste depoimento do presidente do sindicato à polícia, o jornal *Luta Democrática* publicou a denúncia que um trabalhador rural apresentou por meio de um bilhete, dando conta de que os policiais enviados à Fazenda Cachoeirinha pelo juiz de Magé, Mari Júnior, “*estão praticando uma série de inomináveis violências contra os lavradores, que estão até sendo espancados*”.²⁴

Pouco depois, parte dessas terras chegou a ser desapropriada, por meio do Decreto nº 52.356, de 14 de agosto de 1963, onde o governo federal declarava de interesse social o lugar denominado “Campanha”, em Iriri, e a Fazenda São José da Cachoeira (ou Cachoeirinha), então pertencente à Imobiliária Durval de Menezes Ltda. A desapropriação, declarada de urgência, tinha por objetivo “*melhorar o aproveitamento de sua exploração,*

²⁴ *Luta Democrática*: 11 de junho de 1963. p.5.

*o rendimento econômico e à implantação de planos especiais de colonização e cooperativa de povoamento e trabalho agrícola”.*²⁵

No entanto, em meados de 1963, mais de seiscentos lavradores de Magé foram expulsos das terras ocupadas. Eles resistiram de diversas formas, inclusive se abrigando em fazendas vizinhas e organizando manifestações públicas em Niterói, capital do Estado. Mais tarde, acabaram sendo alojados nos pavilhões 2 e 3 da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores²⁶, em São Gonçalo, aguardando a regularização daquelas terras, por parte da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), o que acabou não ocorrendo.

Durante o acirramento dos conflitos de terra em Magé, quando relevantes contingentes de trabalhadores rurais foram despejados por ordem judicial e se refugiaram em fazendas de amigos, diversas comissões de operários e dirigentes sindicais (incluindo os têxteis) foram visitá-los para prestar apoio e doar roupas, sapatos, medicamentos e gêneros alimentícios, “*numa verdadeira campanha de solidariedade entre o trabalhador do asfalto e o homem do campo*”, conforme enfatizaram, à época, os jornais *Terra Livre* e *Luta Democrática*.

A própria FALERJ, quando se transformou na Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro, em 1963, para se adequar à nova legislação sindical, realizou sua reunião deliberativa na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, em Niterói.

Entretanto, a deflagração do movimento civil-militar de 1964 repercutiu de forma avassaladora no município de Magé, intensificando as investigações acerca daquele processo instaurado na delegacia local, que só foi concluído, como já dissemos, em 1970. Desde então, os sindicatos dos têxteis e dos trabalhadores rurais passaram por intervenções do governo federal e as mobilizações foram perdendo força. O mesmo ocorreu com a prefeitura local, em 1966, quando o comandante Lauro Guarany Guimarães, oficial da Marinha do Brasil, foi nomeado interventor federal.

Nesse contexto, o Sr. Durval de Menezes, então considerado proprietário da fazenda, logo tratou de realizar o loteamento das terras, que passou a ser conhecida como Granja São José da Cachoeirinha. Esta prática normalmente é associada a processos de

²⁵ BRASIL. Decreto nº 52.356, de 14 de agosto de 1963.

²⁶ *Correio da Manhã*: 22 de fevereiro de 1964. p.1.

grilagem, onde o “dono” busca desfazer-se do imóvel assim que surge uma segurança jurídica em torno da propriedade, geralmente dividindo-a em lotes para obter maior rendimento.²⁷

Inclusive, no caso da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., logo foi doado um desses lotes à Igreja Católica para a construção de uma capela em homenagem ao padroeiro da antiga fazenda. A igreja começou a ser construída em 1964 e foi concluída em dois anos. Posteriormente, a doação deste terreno para a construção do templo causou conflitos entre os trabalhadores e o padre local.²⁸

Aliás, a atuação do proprietário desta imobiliária, Durval de Menezes, está intimamente ligado ao contexto definido por Grynszpan como o “*avanço das áreas urbanas, levando à disputa pelo loteamento das terras que as margeavam*”.²⁹

Durval de Menezes formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919, tendo trabalhado nas obras contra a seca no Nordeste e dirigido a Companhia de Eletricidade de Corumbá. Em 1927 mudou-se para Marília, Estado de São Paulo, onde foi encarregado de “*traçar e abrir o Patrimônio de Marília*”. Criado o município, elegeu-se vereador e foi escolhido entre seus pares para ser o primeiro prefeito da cidade.³⁰

Na década de 1930, retornou ao Rio de Janeiro, onde inaugurou uma imobiliária e investiu na formação de novos bairros, no contexto da “febre de loteamentos”. Em Magé, adquiriu terras de antigas fazendas para formar os bairros da Cachoeirinha (como vimos), Nova Marília (em homenagem a cidade que administrou) e Piabetá (hoje o segundo maior núcleo urbano de Magé).

Encontramos, inclusive, a carta de um leitor do jornal *A Noite*, chamado Nestor Lentz, que foi publicada em 1950 e reclamava junto ao Serviço de Saneamento da Baixada

²⁷ Cf. PRIORI, Ângelo Aparecido. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011.

²⁸ *Moradores de Santo Aleixo vão pedir afastamento do Padre da Capela*. Reportagem publicada no jornal *O Fluminense*, em 10/11/1978. Apud: OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Museu Nacional, 1992. p.112.

²⁹ GRYNSZPAN, Mario. *Movimentos sociais no campo no Estado do RJ (junho de 1961 – julho de 1962): documento de trabalho*. Texto para discussão no grupo “Movimentos Sociais no Campo”. São Paulo: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura: CPDA/EIAP/FGV, 1 a 4/10/1980. p.3.

³⁰ LARA, Paulo Corrêa de. *Comissão de Registros Históricos*. Informações fornecidas pelo projeto “Resgatando a História da Minha Rua”. Disponível em: <<http://www.asruasdemarilia.com.br/busca.php?texto=412&pagina=438&lgrado=16880>>. Acessado em 12/10/2012.

Fluminense uma fiscalização mais rígida no bairro Piabetá, localizado nas proximidades da antiga Estação Entroncamento, da Estrada de Ferro Leopoldina. De acordo com a carta, o bairro havia sido criado recentemente por Durval de Menezes, por meio de sua empresa, que adquiriu duas fazendas no local, loteou o terreno e iniciou obras para abertura de ruas e valas. Porém, a empresa responsável pelo loteamento não teria realizado um bom serviço de saneamento, a ponto das ruas do bairro estarem intransitáveis devido o represamento de água, causando a “volta das febres”, um risco para as “quase mil famílias do bairro, todas de prole numerosa”. O leitor prosseguiu afirmando que o fato já havia sido relatado à Prefeitura de Magé, que se omitiu, dizendo que nada podia fazer.³¹

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou, de forma ainda incipiente, apresentar um estudo sobre as conexões entre o rural e o urbano no município de Magé, com destaque para uma fazenda que foi pródiga no século XIX e palco de disputas por terra e reforma agrária no século seguinte.

No início do texto, utilizamos como mote os relatos de uma viajante francesa que passou pela Fazenda São José. A autora destacou a existência de uma fábrica de tecidos que acabava de ser instalada na região. Seu relato ilustra bem o início da transformação econômica de Magé, de “Celeiro da Corte” à polo industrial. Porém, conforme demonstramos, esta transformação não se deu como um “caminho sem volta” ou como substituta do modelo anterior. O rural e o urbano, a agricultura e a indústria atuaram de forma concomitante no município.

Ironicamente, cem anos após a estada da parisiense em Magé, foi um ex-tecelão daquela fábrica “sem importância” que organizou e liderou os trabalhadores rurais na ocupação da fazenda que lhe serviu de hospedagem.

Sem dúvida, o rural e o urbano estão e devem ser estudados de forma imbricada. Portanto, cabe a nós, pesquisadores do mundo do trabalho, superar esse “exclusivismo da indústria” e derrubar mais um “Muro de Berlim historiográfico”.

³¹ *A Noite*. 03/04/1950. p.12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo [et.al]. *Assentamento Cachoeira Grande: Magé*. In: Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), 2002. pp.35-76.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. ed.5. p.126.

CHALHOUR, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Sujeitos no imaginário acadêmicos: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Campinas: Cadernos AEL, 2009. v.14.n.26.

COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GRYNSZPAN, Mario. *O Campesinato Fluminense: Mobilização e Controle Político*. Rio de Janeiro: Revista do Rio de Janeiro, jan-abr/1986. v.1. n.2.

_____. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987.

_____. *Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; FERNANDES, Bernardo Mançano; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOPES, José Sérgio Leite. *Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da 'Crise do Brasil Arcaico'*. In: _____ [org.] *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987. pp.147-170.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.

MAGÉ (RJ). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo Prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1933.

_____. *Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar*. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: tese de doutorado pela UNICAMP, 1995.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

PORTELLA, Eduardo. *A varíola em Magé, 1913: memória apresentada a Inspetoria Geral de Higiene do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1913.

PRIORI, Ângelo Aparecido. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo, RJ: Dissertação de Mestrado em História Social da FFP/UERJ, 2009.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Niterói: 1849.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2003.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.